



LINGUAGEM, HISTÓRIA E CULTURA DOS POVOS ORIGINÁRIOS: RECORTES DE UM ESTUDO DO POVO CINTA-LARGA, DA COMUNIDADE INDÍGENA RIO SECO, JUÍNA / MT

LANGUAGE, HISTORY AND CULTURE OF INDIGENOUS PEOPLES: EXCERPTS FROM A STUDY OF THE CINTA-LARGA PEOPLE, FROM THE RIO SECO INDIGENOUS COMMUNITY, JUÍNA / MT

Eliane Pinheiro Ferreira Maciel (UNEMAT)¹

eliane.maciel@unemat.br

Maria do Socorro Vieira Coelho (UNIMONTES/UNEMAT-SINOP)²

soccoelho@hotmail.com

RESUMO: Este estudo decorre de uma pesquisa de mestrado desenvolvida a partir de um recorte sociolinguístico acerca do povo Cinta-Larga, focando as duas línguas em contato: a Cinta-Larga, oriunda do tronco Tupi, pertencente à família linguística Mondé e o Português brasileiro oficial, sendo faladas em situação de bilinguismo, na comunidade Rio Seco, situada na terra indígena Serra Morena, município de Juína/MT. Considerando a cultura do povo indígena Cinta-Larga, objetivou-se a analisar seu comportamento sociolinguístico em relação ao tema línguas em contato. Os procedimentos metodológicos seguiram a Sociolinguística Variacionista que prevê a coleta e a análise de dados obtidos na pesquisa de campo, e com algumas anotações etnográficas conforme a pesquisa quali-quant. Utilizou-se a observação dos informantes respaldada no eixo sincrônico da língua falada no ano de 2023. Selecionou-se 12 informantes distribuídos em três faixas etárias, jovem, adulto e idoso, com os quais se procedeu à entrevista mediante um questionário semiestruturado. Os resultados da pesquisa apontaram que a língua Tupi Mondé (ou Cinta-Larga) falada pelo povo Cinta-Larga da comunidade Rio Seco se encaixa na categoria de língua viva e plenamente ativa. Observou-se que os indígenas em questão veem a escola como o lugar adequado para o ensino e a aquisição do português, enquanto a família e os mais velhos deveriam ser os responsáveis pelo ensino da língua indígena. O resultado das análises indicou que há línguas em contato e bilinguismo na comunicação, dentro e fora da comunidade pesquisada, e são classificadas em três grupos distintos, a saber: bilíngues em desenvolvimento, bilíngues estáveis e bilíngues atrativos. Concluiu-se que o ensino e a aquisição da língua indígena na escola são cruciais, porque os mais jovens, diferentemente dos mais velhos, não estão comprometidos com a preservação da língua do povo Cinta-Larga, fato que pode levar, também, à extinção de sua cultura.

PALAVRAS-CHAVE: Sociolinguística. Povos indígenas. Cinta-Larga. Cultura e língua indígena. Bilinguismo.

ABSTRACT: This study stems from a master's degree research developed from a sociolinguistic perspective on the Cinta-Larga people, focusing on the two languages in contact: Cinta-Larga, originating from the Tupi trunk, belonging to the Mondé linguistic family, and official Brazilian Portuguese, being spoken in a bilingual situation, in the Rio Seco community, located in the Serra Morena indigenous land, municipality of Juína/MT. Considering the culture of the Cinta-Larga indigenous people, the objective was

¹ Professora Mestra em Linguística pela Unemat-Sinop.

² Professora doutora em Linguística.



to analyze their sociolinguistic behavior in relation to the topic of languages in contact. The methodological procedures followed Variationist Sociolinguistics, which provides for the collection and analysis of data obtained in field research, and with some ethnographic notes according to quali-quantitative research. Observation of informants was used based on the synchronic axis of the language spoken in the year 2023. 12 informants were selected, distributed in three age groups, young, adult and elderly, with whom the interview was carried out using a semi-structured questionnaire. The research results showed that the Tupi Mondé (or Cinta-Larga) language spoken by the Cinta-Larga people of the Rio Seco community fits into the category of a living and fully active language. It was observed that the indigenous people in question see the school as the appropriate place for teaching and acquiring Portuguese, while the family and elders should be responsible for teaching the indigenous language. The results of the analyzes indicated that there are languages in contact and bilingualism in communication, inside and outside the researched community, and are classified into three distinct groups, namely: developing bilinguals, stable bilinguals and attractive bilinguals. It was concluded that the teaching and acquisition of the indigenous language at school is crucial, because younger people, unlike older people, are not committed to preserving the language of the Cinta-Larga people, a fact that could also lead to extinction of their culture.

KEYWORDS: Sociolinguistics. Indian people. Cinta-Larga. Indigenous culture and language. Bilingualism.

1 Introdução

A história da formação do povo brasileiro é marcada pela ocupação de imigrantes europeus, primeiramente os portugueses, por ocasião da chegada destes ao Brasil em 1500, caracterizada por contatos linguístico-culturais, que ocorreram a partir do seu primeiro encontro com os indígenas tupinambás que viviam na costa do território brasileiro, conforme afirma Moore (2011). Foi nesse momento, que os indígenas e os portugueses buscaram estabelecer comunicação através de diversos meios, seja por recursos não verbais (gestos, sorrisos, expressão facial etc.), seja tentando buscar quaisquer outros modos de interpretarem e de compreenderem a língua um do outro. Dessa interação, vieram os momentos de convivência e compartilhamento e, obviamente um contato mais efetivo e afetivo entre esses povos, dos quais surgiram os filhos mestiços frutos da união das mulheres indígenas com os Portugueses. Esses cruzamentos também deram origem à Língua Geral 2, ou Nheengatu³ (Nhengatu), “uma língua tupi-guarani originalmente falada na costa litorânea que foi modificada por efeitos do substrato e empréstimos do português” (MOORE, 2011, p. 217).

A professora Altaci Rubim, do povo indígena Kokama, representante brasileira do Grupo de Trabalho (GT) Mundial da Década Internacional das Línguas Indígenas, relatou que a UNESCO lançou, em 2019, a campanha mundial para a preservação das



línguas indígenas e alertou para a existência de línguas adormecidas ou silenciadas, mas não extintas³ no mundo. Além disso, divulgou um edital mundial com o objetivo de selecionar indígenas das seis regiões do mundo⁴, para comporem o GT Mundial para a DILI.

Some-se a isso que a Associação Brasileira de Linguística (2022), no artigo intitulado *Carta de Belém das línguas dos povos indígenas no Brasil*, propõe ações em defesa das línguas indígenas e da demarcação dos territórios originários onde a cultura e a língua se encontram ameaçadas. Esta mesma Carta esclarece que as línguas originárias estão associadas ao território onde vivem os indígenas, que fazem parte de suas memórias, e por meio das quais estes povos expressam seus conhecimentos, suas culturas e sua ancestralidade.

Destaque-se, a esta altura, que, desde 2017, atuamos na função de assessora pedagógica do município de Juína, Mato Grosso, a aproximadamente 5 anos e que, durante este tempo, conhecemos algumas comunidades do povo Cinta-Larga, falante da língua Cinta-Larga⁵. Nesse período, chamou nossa atenção a necessidade de manutenção e registro da cultura desse povo.

Durante os momentos de contato com as comunidades, pudemos perceber que os povos originários do município de Juína viviam em duas terras indígenas - a Parque Indígena Aripuanã PI e a Serra Morena TI -, e muitos deles se comunicavam por meio da língua materna e da língua portuguesa. Observamos, também, que as crianças indígenas

³ Altaci Rubim afirma que elas não foram extintas. “Por exemplo, a língua dos Manaós (povo indígena nativo do que hoje é a capital do Amazonas, Manaus). Elas podem ser acordadas em rituais. A partir do momento que alguém reivindicar a identidade, pode querer sua língua de volta. Pode entrar em contato com os espíritos. Essa é a nossa perspectiva de discussão da década. Por que estamos fazendo tudo isso? Sabemos que quando se diz que uma língua é extinta, um povo é extinto, acabou a terra dele. Essa pessoa vai ser considerada mentirosa. Vão dizer que essa língua não existe. Mas nós sabemos que os povos da Amazônia ou de qualquer lugar do Brasil independem do tempo. O tempo para os povos indígenas é o tempo presente.” (Rubim *apud* INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS, 2024).

⁴ Antártida, América, Ásia, África, Europa e Oceania.

⁵ Conforme informações obtidas em Barcellos (2015) e Instituto Socioambiental (2023), o nome da língua materna falada pelo povo Cinta-Larga é Tupi Mondé. Porém, o questionário aplicado na pesquisa de campo foi elaborado com o nome da língua baseado nas primeiras fontes de pesquisa, Tupi Mondé. No entanto, no ano de 2024, conhecemos com Rodrigues (2013) que o nome da língua falada pelos povos indígenas Cinta-Larga é “Cinta-Larga”, e que a língua Cinta-Larga é do Tronco Tupi e pertence à família linguística Tupi Mondé, e também, porque, durante as entrevistas gravadas, vários respondentes afirmaram que a língua falada pelo seu povo é Tupi Mondé, decidimos adotar a referida definição de Rodrigues (2013) e, assim, assumimos o nome da língua falada pelo povo pesquisado como Tupi Mondé (Cinta-Larga).



que não frequentavam a escola se comunicavam na língua materna.

Assim, por meio do contato com o povo Cinta-Larga surgiu nosso interesse por desenvolver esta pesquisa, cujo intuito foi compreender o comportamento sociolinguístico do povo Cinta-Larga em situação de bilinguismo, considerando ideologias, crenças e atitudes, por meio de pesquisa de campo com observação dos participantes, algumas anotações etnográficas e a pesquisa qualquantitativa. A Metodologia é Sociolinguística Variacionista que prevê a coleta de dados, para diagnosticar se a língua apresenta algum risco de extinção, ainda precisa de políticas públicas e ações concernentes à sua manutenção, visando ao seu fortalecimento, à sua vitalização e revitalização.

Ademais, porque o ponto de partida deste estudo foi colher informações sobre esses povos originários, levantamos as seguintes questões: a) Em quais domínios sociais o povo Cinta-Larga usa a língua materna/indígena ou o Português? b) Quais são as principais crenças e atitudes linguísticas da comunidade indígena do povo Cinta-Larga? Mediante informações e dados documentados pelo IPOL, e considerando a afirmação de Storto (*apud* BARROS, 2022) de que o Brasil é o terceiro país com maior número de línguas indígenas que apresentam risco de extinção, achamos plausível supor que a língua indígena Cinta-Larga pudesse também se encontrar em algum risco de extinção, no que diz respeito aos seguintes fatores: manutenção, fortalecimento, vitalização e revitalização. Por essas razões, levantamos a seguinte hipótese: a língua Cinta-Larga está correndo risco de extinção, conforme algumas considerações apontadas pela UNESCO (2009).

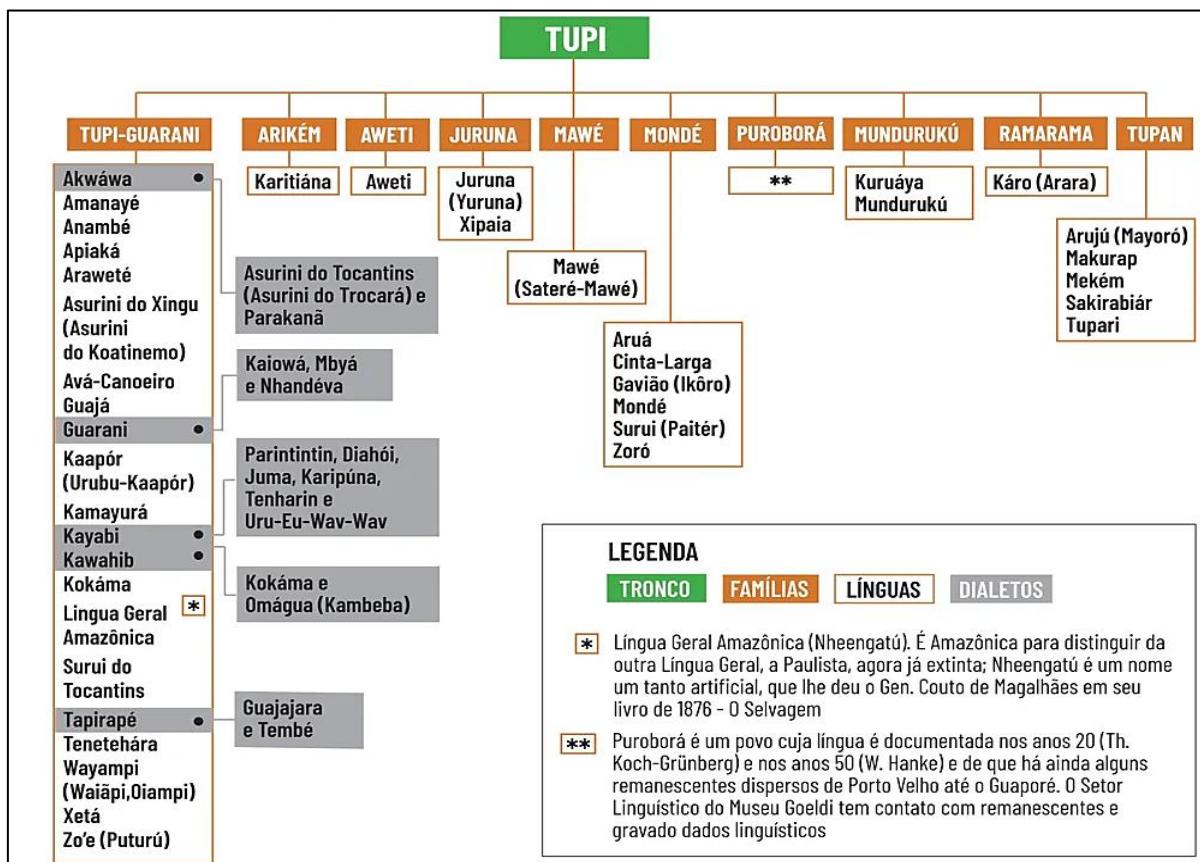
Diante do exposto, esta pesquisa tem como objeto de estudo a situação sociolinguística do povo Cinta-Larga, em relação às duas línguas em contato, a Cinta-Larga oriunda do Tronco *Tupi* pertencente à família linguística *Mondé*, segundo Rodrigues (1966) e a língua Portuguesa brasileira oficial, ambas faladas em contexto de bilinguismo, na comunidade Rio Seco localizada na terra indígena Serra Morena, município de Juína, MT.

2 As línguas indígenas e o risco de extinção

Em meio às diferentes línguas faladas pelos povos indígenas brasileiros existentes, e considerando-se as famílias ocidentais que vivem nos estados de Mato Grosso e de Rondônia, Rodrigues (1966) pontua que, no Brasil, são faladas pelos povos indígenas brasileiros inúmeras línguas e vários dialetos distribuídos em dois grandes troncos linguísticos: o Macro-Jê (subdividido em 9 famílias) e o Tupi (subdividido em 10 famílias) e existem, ainda, 20 famílias linguísticas não classificadas em troncos.

De acordo com a revisão feita sobre as informações apresentadas no livro *Línguas brasileiras: para o conhecimento das línguas indígenas*, de Rodrigues (1986), apresentamos a seguir, na Figura 01, as 10 famílias linguísticas advindas do Tronco Tupi.

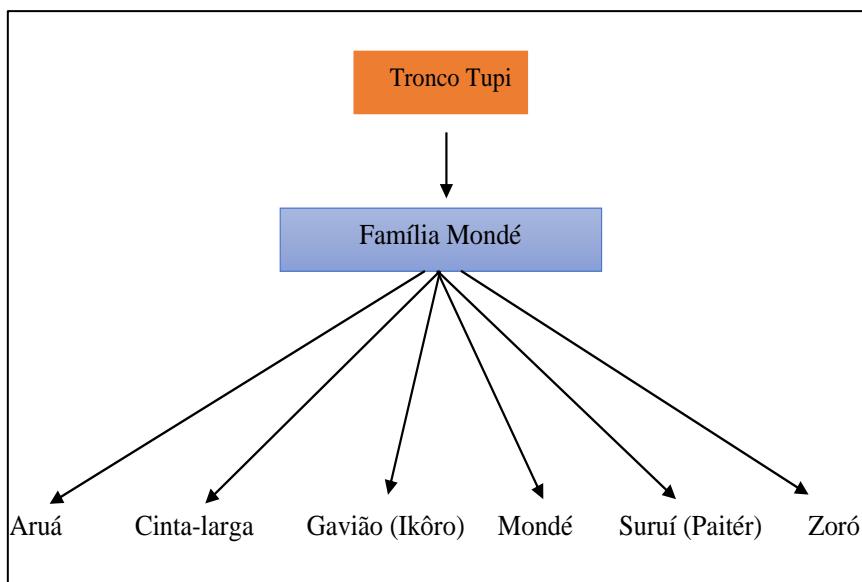
Figura 01 - O Tronco Tupi: famílias linguísticas, línguas e dialetos



Fonte: Fonte: Adaptado pela autora, com dados extraídos do Instituto Socioambiental (*apud* SOUZA, 2020).

Dentro dos agrupamentos do tronco Tupi, suas famílias linguísticas e os dialetos das línguas indígenas brasileiras, Rodrigues (1986) informa que o grupo da família *Mondé* é mesclado de seis línguas: Aruá, Cinta-Larga, Gavião (Ikôro), Mondé, Suruí (Paitér) e Zoró, que pertencem ao tronco Tupí, conforme mostramos na Figura 02, a seguir.

Figura 02 - O Tronco Tupi e a família linguística Mondé



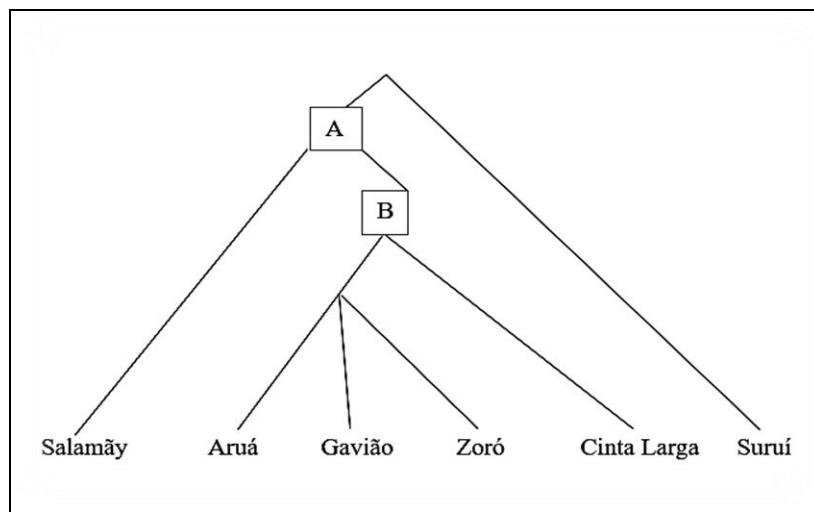
Fonte: Adaptada pela autora, com dados extraídos de Rodrigues (1986).

Segundo Moore (2005), há três línguas indígenas na família *Mondé*: “Suruí, Salamãy e uma língua composta por quatro dialetos mutuamente inteligíveis: Gavião, Zoró, Aruá e Cinta Larga” (MOORE, 2005, p. 2). Entre as três línguas, a Suruí se apresenta mais afastada das demais. A terceira língua tem quatro dialetos, Zoró e Gavião, que demonstram ser mais próximas entre si. Quanto ao nível de afinidade entre os demais dialetos, o autor não apresentou observações.

Diante de alguns critérios no que tange à compreensão mútua, para caracterizar dialetos de línguas e para exemplificar o arranjo da unidade linguística que pertence ao Tronco Tupi, o autor representa, por meio de diagrama, a classificação interna da família linguística *Mondé*, quanto à proximidade, subdividindo-a em dois grupos, conforme

ilustrado na Figura 03, a seguir.

Figura 03 - Grupos linguísticos Mondé e dialetos



Fonte: Adaptada pela autora, com dados extraídos de Moore (2005, p. 3).

Moore (2005, p. 3) ainda esclarece que o “A se refere ao Grupo de línguas que excluem o Suruí. O B é o grupo de dialetos mutuamente inteligíveis, excluindo-se o Salamãy”. Quanto aos dialetos e grupos linguísticos: Aruá, Cinta Larga, Zoró e Gavião são identificados como dialetos de uma língua.

Diante da preocupante incidência de desaparecimento das línguas indígenas que faziam parte das regiões Nordeste, Sudeste e Sul do Brasil e na calha do rio Amazonas, muitas das famílias linguísticas desapareceram completamente, sem deixar marcas ou vestígios. Perante essa realidade, Rodrigues (2019) delega, mais uma vez, aos linguistas a formação de uma força tarefa que se incumbirá de documentar, analisar e comparar línguas, em uma tentativa de recuperar a história filogenética das línguas que ainda vivem no Brasil, tarefa essa que deve ser encetada em regime de urgência, e ainda apresentar, resumidamente, a situação atual do número de línguas indígenas brasileiras cuja situação atual é: “das 180 línguas apenas 24, ou 13%, têm mais de 1000 falantes; 108 línguas, ou 60%, entre 100 e 1000 falantes; enquanto que 50 línguas, ou 27%, têm menos de 100 falantes e, metade destas, ou seja, 13%, têm menos de 50 falantes” (RODRIGUES, 2019, p. 193).

Todavia, o censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2022a)



mostrou que o Brasil possui 1.693.535 indígenas autodeclaradas, e, deste modo a quantidade de línguas faladas no país, segundo o Ministério dos Povos Indígenas (BRASIL, 2022) baseado nos dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), registrou que, à ocasião, o Brasil contava com 274 línguas indígenas diferentes e 305 povos.

De acordo com as informações do “Atlas Mundial das Línguas” elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura Unesco (2019), das 274 línguas indígenas brasileiras, 190 estão ameaçadas de extinção. O linguista D’Angelis (2014), a partir de sua pesquisa de grande valor para a linguística indígena brasileira, desnudou a situação em que se encontravam as línguas indígenas brasileiras, por meio da apresentação de cinco classificações, e adicionou algumas ações realizadas em comunidades brasileiras referentes ao enfrentamento das situações linguísticas do povo originário. É o que mostra o Quadro 01.

Quadro 01 - Classificação da situação das línguas indígenas

SITUAÇÃO	RESPOSTAS
1. Línguas vivas e plenamente ativas (língua forte ou língua enfraquecida).	Fortalecimento e modernização. Desenvolvimento da escrita. Inclusão em múltiplas mídias. Ensino como 1ª língua. Produção de materiais didáticos. Criação de Instrumentos Linguísticos.
2. Línguas vivas, com perda de falantes (língua muito enfraquecida, a língua doente).	Revitalização e Modernização Desenvolvimento da escrita. Ensino como 1ª e como 2ª língua. Produção de materiais didáticos
3. Línguas vivas apenas entre os mais velhos (língua moribunda, a língua agonizante).	Recuperação e Revitalização < ou Criação de língua mista < ou Registro e documentação. Ensino como 2ª língua. Produção de materiais didáticos.
4. Línguas mortas (língua morta).	Reintrodução de Bilinguismo Ressurreição < ou Criação de língua mista < ou Adoção de (outra) língua < ou Criação artificial de língua < ou Ensino como 2ª língua. Produção de materiais didáticos

5. Línguas desaparecidas (língua extinta, desaparecida).	Introdução de Língua Indígena Reconstrução da língua ancestral Adoção de uma língua Criação artificial de língua Ensino como 2ª língua. Produção de materiais didáticos.	< ou < ou < ou
--	---	----------------------

Fonte: Adaptado pela autora, com dados extraídos de D'Angelis (2014, p. 6).

Em face das situações das línguas indígenas apresentadas no Quadro 01, que correm perigo de extinção, a (UNESCO, 2023) afirma que mais línguas até o fim deste século, 3000 línguas podem desaparecer, consoante matéria baseada nos dados publicados no *Atlas Mundial das Línguas* elaborado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (2019), a qual demonstra que 7 mil línguas faladas atualmente correm risco de desaparecerem.

Dessas 7.000 línguas, 6.700 são faladas pelos povos indígenas, e se classificam como as mais ameaçadas de desaparecimento. Todavia, não é só em diversas partes do mundo que as línguas indígenas correm perigo, visto que o Brasil está classificado em terceiro lugar no ranking de línguas ameaçadas de extinção. Daí a importância de trabalhos como este, a fim de preservar a memória, a cultura e a história dos povos originários.

3 Povo Cinta-Larga da comunidade Rio Seco em Juína-Mato Grosso

De acordo com os relatos de alguns moradores de Rio Seco, a origem do nome desta comunidade advém do fato de os madeireiros, na época de surgimento da localidade, fazerem a exploração e a extração de madeira na área, especialmente porque os não-indígenas usavam como ponto de referência o Córrego Guarantã, que passa ao lado, no ponto referencial, o pôr do sol.

Nos períodos da seca, o fluxo de água do leito do córrego Guarantã diminuía e, aos poucos, ele acabou ficando quase seco. Por isso, ele só enche no período chuvoso e, por esse motivo, o local onde se encontram cerca de 75 moradores Cinta-Larga distribuídos em aproximadamente 17 (dezessete) famílias recebeu o nome de “Comunidade Rio Seco”.

Atualmente, a comunidade Rio Seco possui 02 (duas) lideranças nomeadas pela



comunidade: o cacique Bernardo Cinta Larga e o sub cacique Ventania Cinta Larga, ambos aposentados. Além disso, a comunidade Rio Seco dos Cinta-Larga tem instaladas duas salas de aulas anexas à escola indígena Sede Eterepuiy localizada na comunidade Rio Capivara Parque Indígena Aripuanã e atende a alunos indígenas da TI Serra Morena e do Parque do Aripuanã, distribuídos entre as salas anexas instaladas nas comunidades que possuem maior concentração de famílias.

Ademais, a escola Sede e suas salas anexas atendem estudantes do ensino fundamental – EF ao ensino médio - EM e a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Vinte e nove funcionários trabalham na escola supracitada. Assim, os estudantes da comunidade Rio Seco e demais comunidades vizinhas que ficam alojados na escola durante o período das aulas, que ocorrem de forma quinzenal, aprendem, por meio de um ensino bilíngue, a língua Portuguesa e a língua dos Cinta larga.

Na comunidade, não há TV, comércio, nem telefone fixo. A comunicação pelos meios tecnológicos é feita por via do aparelho celular e do computador conectados à *internet* fornecida por dois roteadores com acesso livre para a comunidade ter contato com as redes sociais. Vários moradores possuem aparelhos celulares, utilizam água do rio e de poço artesiano, fazem uso da energia elétrica e de alguns aparelhos eletrodomésticos.

Em relação à religiosidade, há uma unidade da igreja evangélica Assembleia de Deus na comunidade.

Na sala de aula do ensino Fundamental I, as salas anexas à escola Eterepuiy têm um computador ao qual os servidores da escola e os líderes da comunidade têm acesso.

Muitos moradores se utilizam da água refrigerada do bebedouro da escola porque, em muitas casas ainda não há geladeiras nem *freezers*. As casas são feitas de madeira ou de alvenaria e madeira, cobertas de telhas de fibrocimento ou de cerâmica. Várias casas ainda apresentam piso de chão batido em alguns cômodos, e possuem alguns móveis que atendem às necessidades da família. Algumas casas possuem piso de cerâmica em alguns cômodos, outras somente piso de chão batido e outras somente de cerâmica.

O banheiro, construído no centro da comunidade, é comunitário, com saneamento básico de esgoto (fossa com tampa). A água utilizada pelos moradores é



encanada do poço artesiano instalado no pátio do posto de atendimento à Saúde, que fica ao lado direito da comunidade, portanto, a água que chega na caixa d'água abastece algumas torneiras com acesso livre aos moradores, mas nos chuveiros dos boxes do banheiro a água não é tratada, mas, ainda há muitas famílias que higienizam suas roupas e utensílios de uso diário nas águas do leito do córrego Guarantã.

Este ano foi perfurado um poço artesiano para atender às necessidades da comunidade escolar, mas, ainda não foi instalado, porque os moradores estão aguardando a realização dos reparos da rede elétrica, e enquanto esperam pelo funcionamento do poço, usam também a água do poço do atendimento à Saúde.

Quanto ao lazer, pudemos observar que, todas as tardes, jovens e adultos de ambos os sexos jogam bola em um campo suíço organizado pelos moradores, e banhos de rio e a pesca são considerados atividades de lazer. Quanto ao transporte, a comunidade possui somente um veículo automotor que dá assistência aos moradores, sendo que a locomoção só é feita pelos responsáveis da associação comunitária da comunidade Rio Seco.

Do lado esquerdo da comunidade passa o Rio Aripuanã, chamado pelos moradores de prainha, devido à grande quantidade de areia em sua margem, sendo que é nele que são realizados os prazerosos banhos de rios em família. Quando há festas, elas são realizadas próximo à margem do referido Rio, onde ficam as casas construídas com palhas de coqueiros e chamadas de malocas. É preciso mencionar que tais instalações são construídas numa distância de 2 quilômetros da comunidade. Acrescentamos, que se trata de um rio que tem suporte para a navegação do único barco movido a motor dos moradores.

Quanto às vestimentas, e ao uso de calçados e de produtos de higienização corporal, observamos que todos os moradores usam produtos e roupas conforme os modelos dos não indígenas, sendo que os jovens usam o que está na moda, além de acessórios indígenas e não-indígenas; não há muita diferença no uso de roupas entre os adultos e os idosos, mas as crianças são modernas e vaidosas, cada uma no seu estilo próprio.

Durante o contato por um período de cinco dias com o povo Cinta-Larga,

tivemos a oportunidade de observar que os indígenas criam galinhas, porcos, cavalos, cachorros e gatos, e todos se alimentam livremente pelo pátio, porém, uma macaca fica presa, com uma corrente na cintura, atada a uma árvore de porte pequeno no quintal da frente, do lado direito da porta de entrada da casa do primeiro cacique. Fotografamos, também, um majestoso e valoroso gavião real preso em uma gaiola gigante, porque quem tem essa ave lucra, pois, as penas da ponta de suas asas são comercializadas entre os moradores com um valor significativo, e as penas grandes são utilizadas na confecção de arcos e flechas e cocares, entre outros.

A seguir, apresentamos na Figura 04, uma foto da poderosa ave predadora.

Figura 04 – Gavião-Real



Fonte: Acervo da pesquisadora (2023).

Finalmente, cabe destacar que, entre um passeio e outro nas comunidades desses povos, tivemos a oportunidade de dialogar com alguns moradores da comunidade dos Cinta-Larga, de várias faixas etárias, entre eles Jorge Cinta Larga (2023), que em muito contribuiu com seus relatos sobre os avanços associados ao desenvolvimento histórico da comunidade.



4 Reflexões a partir da observação participante: o diálogo com o povo estudado

Por meio desse contato, observamos que a língua falada pela comunidade é oriunda do tronco Tupi pertencente à família linguística Mondé e todos são falantes da língua materna Cinta-Larga, sendo que muitos moradores compreendem e falam a Língua Portuguesa (LP). Apesar disso, notamos que grande parte dos idosos domina com bastante habilidade a língua Cinta-Larga, mas não comprehende e nem fala a contento a LP.

Nos diálogos com o jovem indígena Jorge Cinta Larga (2023), fomos informados de que a renda familiar principal da comunidade indígena Cinta-Larga advém da coleta e da venda de castanhas, que acontece entre os meses de setembro e dezembro e de alguns trabalhos extras. Cultivam, portanto, reiteramos, a roça tradicional de particulares com o plantio de mandioca, cará, milho, melancia tradicional, batata doce, inhame, amendoim e banana) para o sustento das famílias.

As mulheres indígenas confeccionam artesanato: anel, pulseira, presilha para cabelos, cestos de taquara, brincos, chaveiro, redes e colares confeccionados com material retirado do próprio meio ambiente em que vivem, como o coquinho de tucum, as penas de aves e sementes. Contudo, quem mais se dedica a esse tipo de trabalho são as mulheres idosas. Tais objetos são comercializados nos eventos, para propagar a cultura indígena do município, e com visitantes que vão à comunidade. Outras fontes de renda vêm do Bolsa Família e dos encargos públicos de nível Federal ou Estadual: Agente Indígena Sanitário (AIS), Agente Indígena de Saúde, Professor e, ainda, há os aposentados que auxiliam na alimentação de seus parentes.

Segundo o informante Maurício Cinta Larga (2023), a organização social da comunidade Rio Seco acontece por meio da representação de três Clãs diferenciados pela cor da pele, e que recebem os nomes de: Kakin, Mám e Kaban.

O clã Kakin é composto por indígenas que possuem a pele mais clara, sendo que essa nomenclatura teve origem no nome de uma fruta que se produz em cipó na mata (fruta amarela). O clã Mám se caracteriza pela pele mais escura dos nativos, e o nome tem origem no pé da castanheira.



Por sua vez, no clã Kaban, os indígenas possuem a pele clara, que também tem origem no nome de uma árvore, mas não souberam especificar de qual planta se originava seu nome.

Atualmente, na comunidade Rio Seco não há mais divisões de grupos, os chamados clãs, pois, segundo o cacique Bernardo Cinta Larga (2023), tudo está mudado e diferente, porquanto, hoje, os indígenas vivem todos juntos e misturados, e se casam entre si, o que não era permitido antigamente, uma vez que o casamento entre indígenas de distintos clãs era vetado. Os clãs ainda existem, mas não há divisões, pois todos vivem em harmonia, tanto que na comunidade Rio Seco há mais membros de um dado clã e menos de outro, disparidade numérica decorrente das uniões de pessoas de três diferentes clãs.

Foi gratificante significativo e produtivo o contato direto com o povo das comunidades vizinhas que vieram para estudar junto com os estudantes da comunidade Rio Seco na escola Etereupuiy, porque, enquanto estavam reunidos saboreando o café da manhã, ou o lanche escolar, tivemos a oportunidade de observar e conhecer como acontece o processo de comunicação entre eles.

Entretanto, chamou bastante a nossa atenção foi o fato de que, entre os indígenas Cinta-Larga, a comunicação, tanto entre crianças, quanto entre jovens, adultos e idosos, era feita somente na língua nativa. Verificamos, com isso, que tais informantes somente se comunicavam por meio da LP, quando falavam com o não-indígena, ou quando o inventário vocabular da língua nativa não dispunha das palavras de que precisavam, casos em que se viam forçados a usar a palavra que representava o objeto ou a expressão na LP.

Isto posto, vale elucidar que a todas as comunidades indígenas se oferece o bilinguismo, porque seu direito de assistir às aulas em suas respectivas línguas maternas está garantido no art. 210 da CRFB/1988, além de a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), de 1996, e, em seu art. 32, asseverar que, no ensino fundamental, sejam ministradas aulas na língua materna dentro das escolas das comunidades. Assim sendo, as comunidades indígenas brasileiras são as únicas que, por direito, possuem educação bilíngue nas escolas públicas. Segundo Lyons (1987), uma comunidade de falantes só pode ser descrita



como bilíngue, se uma quantidade suficiente de seus membros possuir competência para falar duas línguas.

5 Recortes de uma pesquisa em andamento: análise parcial dos dados coletados

Conforme mencionado anteriormente, o objeto da pesquisa é analisar a situação sociolinguística do povo Cinta-Larga, em relação às duas línguas em contato, considerando-se a Cinta-Larga oriunda do Tronco *Tupi*, que pertencente à família linguística *Mondé*, segundo Rodrigues (1986), e a língua Portuguesa brasileira oficial, ambas faladas em contexto de bilinguismo, na comunidade Rio Seco, localizada na terra indígena Serra Morena, situada no município de Juína/MT.

Reiteramos que não entrevistamos as crianças, porque não solicitamos a autorização ao Comitê de Ética em pesquisa para entrevistar menores de 18 anos, somente adultos e idosos. Além do mais a pesquisa também amparou na metodologia Sociolinguística Variacionista de Labov apresentada em Tarallo (1994), porquanto a pesquisa sobre a situação sociolinguística do povo Cinta-Larga traz informações, por meio de amostragem representativa, sobre a organização das células sociais por faixa etária, utilizando quatro combinações diferentes.

A seguir, apresentaremos um recorte de algumas questões e as respostas obtidas por meio da entrevista aplicada aos indígenas, com as considerações parciais advindas da interpretação de cada dado.

Questão 4. Em qual ambiente você acha que a língua Tupi Mondé deve ser aprendida?

- a. Na família.
- b. Na escola.
- c. No contato com os mais velhos.

Tabela 01 – Distribuição do ambiente que ensina a língua indígena segundo sexo e faixa etária

Perguntas	Respostas dadas	Ocorrências		Ocorrências		Ocorrências		Total	(%)		
		18-29		30-59		60-70					
		F	M	F	M	F	M				
4. Em qual ambiente você acha que a língua Tupi Mondé deve ser adquirida?	a. Na família	02	01	02	-	02	02	09	75%		
		22,2%	11,1%	22,2%	-	22,2%	22,2%	-	100%		
	b. Na escola	-	-	-	-	-	-	-	-		
	c. No contato com os mais velhos	-	01	-	02	-	-	03	25%		
Total sexo		02	02	02	02	02	02	12	100		
Total faixa etária		33,3%		33,3%		33,3%		-	100%		

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

No que se refere a esta questão (Q4), identificamos 09 respostas de 12 informantes de ambos os sexos, que correspondem a 75%, que responderam na família (a). Quanto à alternativa na escola (b), não houve resposta. Três (03) informantes de um total de 12 responderam no contato com os mais velhos (c), o que corresponde 25% do total geral.

Os resultados revelaram, em relação ao sexo e à faixa etária, as seguintes ocorrências: na família (a), informantes dos 18-29 anos de idade, sendo 02 (22,2%) do sexo feminino e 01 (11,1%) do masculino. Em relação à faixa etária de 60-70 anos, constatamos que foram 02 (22,2%) do sexo feminino. Na mesma resposta, no que diz respeito à faixa etária de 30-59 anos, foram 02 (22,2%) de informantes do feminino e 02 (22,2%) do masculino. A alternativa na escola (b) não foi escolhida como resposta. Ademais, em relação à alternativa no contato com os mais velhos (c), 03 informantes a selecionaram, o que representa 25% dos 12 informantes, sendo 01 (33,3%) do sexo masculino, na faixa etária entre 18-29 e 02 (66,7%) do sexo masculino na faixa etária entre 30-59 anos, o que totalizou 33,3% de ambas as faixas etárias, atingindo, portanto, na soma com os demais informantes, 100%.

Na literatura especializada, muito se fala da necessidade de se criarem escolas interculturais indígenas e que a língua indígena precisa ser considerada nesses espaços de



escolarização. No entanto, em relação ao ensino dessa língua, notamos que seu aprendizado deve ser feito no contexto familiar, ou repassado aos mais novos por informantes mais velhos. Em percentuais, a pesquisa revelou que a maioria (75%) respondeu no ambiente familiar, enquanto 25% acreditam que o ensino deve ocorrer no contato com os mais velhos.

No que tange à categoria gênero, apuramos que 03 pessoas do sexo masculino acreditam que a língua deve ser aprendida com os mais velhos. Por sua vez, 06 pessoas do sexo feminino e 03 do sexo masculino somam os 75% mencionados anteriormente, que afirmaram que o ensino deve ocorrer no seio familiar. Essa constatação é interessante, visto que nos ajuda a pressupor que, no âmbito familiar, a tendência é que quem ensina a língua são pessoas do sexo feminino, devido ao fato de estas passarem mais tempo em seus lares que as pessoas do sexo masculino, por exemplo.

Poz Neto (1991) afirma que, no âmbito dos costumes do referido povo, os homens e as mulheres possuem afazeres do dia a dia diferentes, visto que uma mulher, nunca irá carregar arco e flecha para caçar. Desse modo, devido ao fato de que o homem participa das atividades externas ao lar e a mulher cabe o zelo pela casa, isso explica o porquê de ser do sexo feminino a maioria dos informantes a mencionar que o lugar de ensinar a língua é na família. Na realidade, os dados refletem a opinião dos homens aborígenes, ou de alguns autores que pesquisamos, em relação ao que seja trabalho, que tem um sentido diferente para o homem branco. Ademais, se as mulheres indígenas fazem apenas o trabalho dentro do lar, o que estariam elas fazendo no campo ajudando os homens na colheita?

Apesar de os indígenas informantes considerarem que o lugar de adquirir sua língua é na família e com os mais velhos, vale reiterarmos, que o art. 210 da CRFB/1988 assegura a todas as comunidades indígenas o direito de assistir às aulas em suas respectivas línguas maternas, assim como a LDB, de 1996, em seu art. 32, garante que, no ensino fundamental, sejam ministradas aulas na língua materna dentro das escolas dessas comunidades, que são as únicas, por direito, a terem educação bilíngue nas escolas públicas.

Ademais, é preciso situar que, no ano de 2004, foi desenvolvido um projeto de resgate e de valorização da língua Tupi em várias comunidades, o que fez com que essa se tornasse disciplina obrigatória no currículo de algumas escolas indígenas, objetivando ensinar a língua Tupi nas escolas, naquela época, visto que se buscava incentivar o exercício da cultura, da religiosidade, da organização política e da valorização cultural dos povos indígenas, conforme Teao (2013).

Entretanto, conforme mencionado anteriormente, para os informantes, e ignorando a Lei, é no seio familiar e com os indígenas mais velhos que os entrevistados acham que deve ocorrer o aprendizado da língua indígena, e não na escola. Chegamos à conclusão, diante das respostas dos informantes que há uma certa arquitetação, e nos perguntamos por que será que eles pensam assim? Pode ser falta de conhecimento sobre direitos, ou eles nunca foram informados da existência deles?

Questão 5. Você ensinou a língua Tupi Mondé para seus filhos?

- a. Sim.
- b. Um pouco.
- c. Não.

Tabela 02 – Classificação da transmissão da língua indígena a seus descendentes segundo sexo e faixa etária

Perguntas	Respostas dadas	Ocorrências		Ocorrências		Ocorrências		Total	(%)		
		18-29		30-59		60-70					
		F	M	F	M	F	M				
5. Você ensinou a língua Tupi Mondé para os seus filhos?	a. Sim	02	01	02	02	02	02	11	91,7%		
		18,2%	9,1%	18,2%	18,2%	18,2%	18,2%	-	100%		
	b. Um pouco	-	-	-	-	-	-	-			
	c. Não	-	01	-	-	-	-	01	8,3%		
		-	100%	-	-	-	-	-	100%		
Total sexo		02	02	02	02	02	02	12	100		
Total faixa etária		33,3%		33,3%		33,3%		-	100%		

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Quanto a esta pergunta (Q5), um percentual de (91,7%), 11 informantes de ambos os sexos responderam sim (a). Obviamente, somente 8,3% responderam que não (c). Sobre as categorias sexo e faixa etária, obtivemos 11 respostas sim(a) de um total de 12 informantes. Evidentemente, 01 informante, que corresponde 01 (8,3%), respondeu não (c).

Ficamos surpreendidos quando, diante da pergunta sobre se ensinava sua língua aos filhos um respondente do sexo masculino (8,3%) respondeu não (c). Entre os restantes (91,7%), 06 mulheres e 05 homens responderam sim (a). O sexo feminino constitui maioria tanto entre os que afirmaram que a língua deve ser aprendida em família, quanto entre os que alegaram que ensinavam a língua a seus filhos. Nas respostas sobre se a língua deveria ser ensinada na escola, houve unanimidade nas respostas: nenhum indígena concordou que ela desse ser ensinada na escola.

Concluímos que a língua Tupi Mondé (Cinta-Larga) é repassada aos filhos diariamente, em todas as faixas etárias e por pessoas de ambos os性os, ainda que haja predominância do sexo feminino nesse ensino, se considerados os dados do questionário aplicado aos indígenas informantes. Ademais, de acordo com a Classificação da situação das línguas indígenas, de D'Angelis (2014), pudemos observar que a língua Tupi Mondé (Cinta-Larga) é forte e que se encontra viva e ativa no o povo da comunidade Rio Seco, sobretudo, no que diz respeito ao ensino da 1ª língua adquirida em família.

Questão 07. Em qual ambiente você acha que a língua Portuguesa deve ser adquirida ou ensinada?

- a. Na família.
- b. Na escola.
- c. No contato com os mais velhos.

Tabela 03 - Classificação do ambiente que assimila e pratica a língua portuguesa, considerando sexo e faixa etária

Perguntas	Respostas dadas	Ocorrências		Ocorrências		Ocorrências		Total	(%)		
		18-29		30-59		60-70					
		F	M	F	M	F	M				

5. Você acha que a língua portuguesa deve ser aprendida ou ensinada em qual ambiente?	a. Na família	-	-	-	-	-	-	-	-
	b. Na escola	02	02	02	02	02	02	12	100%
		16,7%	16,7%	16,7%	16,7%	16,7%	16,7%	-	100%
	No contato com os mais velhos	-	-	-	-	-	-	-	-
Total sexo		02	02	02	02	02	02	12	100
Total faixa etária		33,3%		33,3%		33,3%		-	100%

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Para essa questão, a resposta foi unânime: os 12 (100%) dos indígenas informantes responderam que o ensino da língua portuguesa deve ocorrer (b) Na escola.

No que concerne à categoria faixa etária, verificamos que os informantes que optaram pela resposta (a) Na família de ambos os sexos situados na faixa etária dos 18-29, nenhum escolheu esta alternativa.

Com relação aos informantes que responderam (b) Na escola, apuramos 02 (16,7%) informantes do sexo feminino e 02 (16,7%) do masculino na faixa etária dos 18-29 anos; 02 (16,7%) informantes do sexo feminino e 02 (16,7%) do masculino na faixa etária entre 30-59 anos; 02 (16,7%) informantes do masculino situados na faixa etária dos 60-70 anos.

Quanto aos informantes que marcaram a resposta (c) No contato com os mais velhos, não tivemos resposta de informantes, de nenhum dos性os, situados nas faixas etárias dos 18-29, 30-59 e 60-70 anos.

Essa resposta está em consonância com outra pergunta apresentada na temática anterior, quando indagamos onde deveria ocorrer o ensino da língua Tupi Mondé (Cinta-Larga). Na resposta à questão anterior, os indígenas haviam respondido que o lugar de adquirir a língua Cinta-Larga era com os mais velhos e em família.

Com isso, a lacuna da outra questão foi preenchida. Para o povo Cinta-Larga, a escola é o lugar de adquirir a língua portuguesa. Logo, o que nasce fora da comunidade, se adquire fora da comunidade, mesmo no caso de escolas situadas na comunidade, quando vêm professores de fora da comunidade para ensinar, por exemplo.

Podemos concluir essa análise embasadas nos enunciados do Instituto do Patrimônio Histórico de Artístico Nacional (2016), que descreve que os usos da língua

devem ser apresentados numa escala de níveis importantes quanto aos usos linguísticos, partindo da linguagem básica familiar. Isso, porquese busca averiguar os usos assinalados pelo valor cultural característico, separando-os de outros usos habituais da língua, devido à ocorrência dos domínios sociais específicos que implicam a manipulação dos repertórios linguísticos de modo diferenciado.

Questão 10. Em qual local o indígena tem mais facilidade para adquirir a língua portuguesa?

- a. Na escola.
- b. No contato com outros povos.
- c. No trabalho.

Tabela 04 – Classificação do ambiente e a assimilação da língua portuguesa considerando sexo e faixa etária

Perguntas	Respostas dadas			Ocorrências		Ocorrências		Ocorrências		T otal	(%)				
		18-29		30-59		60-70									
		F	M	F	M	F	M								
7. O indígena tem mais facilidade para adquirir a língua Portuguesa em qual local?	a. Na escola	02	-	02	02	02	01	09	75%	-	100 %				
		22,2 %		22,2 %	22,2 %	22,2 %	11,1 %								
	b. No contato com outros povos	-	-	-	-	-	-	-	-						
		c. No trabalho	-	02	-	-	-	01	03	25%	-	100 %			
Total sexo		02	02	02	02	02	02	12	100						
Total faixa etária				33,3%	33,3%	33,3%			100 %						

Fonte: Elaborado pela autora (2023).

Em referência à questão (Q10), de 12 informantes 09 (75%) responderam na escola (a), sendo 06 do sexo feminino e 03 do masculino. Observamos que, para a alternativa Família (b), não houve resposta. Porém, houve 03 (25%) que responderam à



alternativa (c)Outros, sendo que não houve resposta do sexo feminino, mas 03 do masculino.

Novamente, a maioria respondeu que a escola é o lugar de adquirir a língua portuguesa: 09 pessoas, 06 do sexo feminino e 03 do masculino (75%), que assinalaram a alternativa (a). Por outro lado, chamou-nos a atenção o fato de 03 pessoas do sexo masculino designarem o trabalho como a instância em que se pode adquirir mais facilmente a língua portuguesa.

Em relação à faixa etária, observamos que os informantes que responderam (a) Na escola foram 02 (22,2%) do sexo feminino e nenhuma do masculino na faixa etária dos 18-29 anos; 02 (22,2%) informantes do sexo feminino e 02 (22,2%) do masculino na faixa etária dos 30-59 anos; 02 (22,2%) informantes do sexo feminino e 01 (11,1%) informante do masculino na faixa etária dos 60-70 anos.

Em referência aos informantes que marcaram a resposta no contato com outros povos (b), não houve resposta do total de informantes situados na faixa etária dos 18-29 anos; nas faixas etárias dos 30-59 e 60-70 anos, não houve resposta.

A propósito dos informantes que assinalaram a resposta outros (c), não houve resposta dos informantes do sexo feminino e 02 (66,7%) do masculino na faixa etária dos 18-29 anos; na faixa etária dos 30-59 anos, não houve resposta dos informantes; dentro da faixa etária dos 60-70 anos, não houve resposta dos informantes do sexo feminino, mas 01 (33,3%) do masculino.

Apenas pessoas do sexo masculino afirmaram que o trabalho é o lugar onde os indígenas podem adquirir a língua portuguesa mais facilmente. Se formos analisar segundo a faixa etária, 02 dessas três pessoas do sexo masculino estão entre os 18-29 anos e a outra pessoa do sexo masculino tem entre 60-70 anos.

De acordo com Coelho *et al.* (2010), os estudos linguísticos levam em conta a influência dos elementos internos e externos da língua, porque a Teoria da Variação e Mudança Linguística oferece um instrumento metodológico que admite avaliar e sistematizar inúmeros tipos de variação linguística de um determinado falante, e isso nos permite concluir que a mulher trabalha marjoritariamente na comunidade, enquanto o homem indígena pode trabalhar fora dela, e o contato constante com falantes da língua

portuguesa no trabalho faz com que, com mais facilidade, dominem o português, sobretudo, a partir de situações práticas, em que o uso da língua portuguesa acontece na interação, em meio a ações realizadas por falantes nativos dessa língua, que não é o idioma materno dos indígenas.

Outro fato que chama atenção é que nenhum dos informantes de nenhuma faixa etária assinalou a alternativa no contato com outros povos (b). Essa constatação é importante, visto que os mais velhos são pensados como indivíduos de sabedoria que podem ensinar a língua materna, enquanto as pessoas oriundas de quaisquer povos que não o deles não são pensadas como aptos a ensinar, a menos que estejam na escola. Desse modo, finalizamos, afirmando que o contato com os povos não indígenas se dá somente na esfera do trabalho e da escolarização formal.

Em meio a considerações gerais, podemos afirmar, ainda, que os informantes afirmaram que compreendem a língua, o que é muito importante para esta investigação que visa a estudar o comportamento linguístico de um povo específico, em meio à situação de bilinguismo e no contexto de línguas em contato.

Em outro ponto da análise dos dados, constatamos que a família e os mais velhos ainda são as instâncias que a maioria dos entrevistados aponta como os legítimos mestres que ensinam sua língua indígena. No entanto, pudemos perceber, através da análise dos dados a que procedemos nesta dissertação que, quando, a literatura especializada sugere que deve haver mais escolas interculturais indígenas, mais evidenciamos que o ensino da língua ainda é ministrado no ambiente familiar com o intuito de que ela seja repassada de geração em geração.

No que diz respeito ao gênero, pessoas do sexo masculino tendem a acreditar que os mais velhos devem ensinar a língua. Por sua vez, mais pessoas do sexo feminino afirmam que esse ensino deve ocorrer no âmbito familiar. Isso nos leva a concluir que, no seio familiar, quem ensina são as mulheres. Tal conclusão é confirmada, quando, ao serem indagados sobre se ensinavam a língua indígena aos seus filhos, a maioria dos informantes que respondeu positivamente foi o sexo feminino. Apuramos, também, que nenhum indígena concorda que a língua indígena estudada nesta dissertação deva ser ensinada na escola.

Além disso, a maioria dos indígenas sequer sabia o nome da língua oficial do Brasil, o que, talvez, se explique por eles estarem mais próximos da língua de origem. Nesse sentido, a pesquisa mostrou que saber acerca da língua portuguesa fica mais apenas aos mais jovens, por exemplo, visto que estão mais em contato com falantes da língua portuguesa, porque algumas comunidades têm escolas fora de seu território e aqueles jovens acabam tendo contato direto e com mais frequência com os não indígenas.

Sobre a facilidade de falar e compreender a língua portuguesa, observamos que a maioria dos informantes de todas as faixas etárias, reiteramos, respondeu que não sabia o nome da língua oficial do Brasil. Desse modo, apreendemos que, relativo ao conhecimento formalizado sobre a língua oficial, uma minoria se apropriou desse saber, já que na maior parte dos contextos de interação entre os membros da comunidade, na maioria das vezes, utilizam a língua materna para a comunicação.

Nenhum dos informantes respondeu que não fala a língua portuguesa, o que configura uma situação de línguas em contato, porque, sabemos, o português não é a língua materna desses aborígenes, exceto, reiteremos, por um informante cuja língua materna é o português, ao mesmo tempo em que há circunstâncias em que ele tem que se comunicar em língua Cinta Larga.

Como vimos, não se trata de uma comunidade isolada do mundo exterior, e seus moradores veem o aprendizado da língua portuguesa como um bem que precisa ser apropriado em circunstâncias específicas, aquelas nas quais a língua materna mostra seus limites.

Nenhum dos informantes respondeu que não gosta de falar a língua portuguesa, o que corrobora o fato de que estamos diante de uma situação de línguas em contato.

Reiteramos, ainda, que uma das pessoas que mora na comunidade é um indivíduo na faixa etária entre 30-59 anos e professor na comunidade. Ele adquiriu primeiro a língua portuguesa, foi abandonado pela família e, posteriormente, adotado por uma outra indígena. Desse modo, a interação e a relação de línguas em contato dizem respeito, também, à presença dessa pessoa na comunidade, porque ela domina o português e o Tupi Monde (Cinta-Larga). Além disso, os mais velhos (situados na faixa etária entre 60-70 anos) tendem a gostar menos e a falar menos a língua portuguesa que os



informantes nas faixas etárias mais jovens. Some-se a isso o fato de que são justamente os mais velhos que compreendem menos (um pouco) a língua portuguesa, em relação às outras faixas de idade. Tal assertiva permite-nos inferir que os mais velhos usam menos a língua portuguesa que os demais respondentes em situações reais de interação.

A maioria dos informantes assinalou que adquiriu a língua portuguesa na escola. Então, se o lugar de aprender a língua materna é em família ou com os mais velhos, a escola é lugar de adquirir o português. No que diz respeito ao questionamento sobre com quem aprendeu a falar português, apenas informantes do sexo feminino, na faixa etária entre 60-70, anos afirmou ter aprendido em família. Por outro lado, notamos que esse costume caiu em desuso, visto que são os mais velhos – entre os 60-70 anos –, conforme vimos anteriormente, que falam um pouco, gostam um pouco e compreendem um pouco a língua portuguesa, em relação aos demais.

No que diz respeito ao uso da língua e ao domínio das práticas sociais situadas, chamou-nos a atenção o fato de os mais velhos tenderem a se comunicar somente na língua materna, ainda que haja pessoas dessa última faixa etária que também se comunicam em língua portuguesa. Provavelmente, essa minoria que respondeu que não fala a língua portuguesa não precise se comunicar na língua portuguesa, porque vive na comunidade e de lá não saem, logo, não têm contato efetivo ou frequente com um contingente significativo de falantes da língua portuguesa, evidência que não requer que adquiriram outra língua.

Todos os informantes responderam que aprenderam a língua indígena em família. Esses mesmos informantes haviam respondido, anteriormente, que o lugar de aprender o Tupi Mondé (Cinta-Larga) era em família e o de adquirir a língua portuguesa era na escola. Afirmaram, ainda, em suas respostas, que não se adquire a língua portuguesa com outras pessoas, a não ser em espaços de escolarização formal ou no trabalho (entre colegas). Tudo isso reforça a ideia de que há um esforço de preservação da língua indígena, a partir do aprendizado que ocorre entre os falantes dessa língua. Ademais, metade dos informantes respondeu que usa a língua Tupi Mondé (Cinta-Larga) no dia a dia, enquanto a outra metade afirmou que usa a língua materna indígena e a língua portuguesa. No entanto, nenhum informante situado na faixa etária entre os 60-70



anos respondeu que usa ambas as línguas, mas, “sabem um pouco, gostam um pouco e compreendem um pouco” da língua portuguesa, o que os leva a utilizá-la menos, no dia a dia, que os indivíduos situados nas faixas mais jovens.

Os dados mostraram que apenas duas pessoas do sexo feminino falam com as pessoas da mesma idade em língua portuguesa, enquanto a maioria somente em Tupi Mondé. Nesse sentido, deduzimos que mulheres e meninas interagem com pessoas da mesma idade que falam tanto a língua materna quanto a portuguesa, fato que adicionado àquele morador da comunidade que fala a língua materna e se comunica, também, em língua portuguesa, comprova e acentua o cenário de situação de línguas em contato.

Observamos, então, que nenhuma pessoa do sexo feminino entre 60-70 anos usa ambas as línguas, o que nos permite concluir que a incidência de interação de mulheres com falantes de outras línguas vai diminuir, conforme elas forem envelhecendo e permanecendo na comunidade, e que o professor que teve a língua portuguesa como primeira língua privilegia o uso do Tupi Mondé com os mais velhos, em sinal de respeito.

Apuramos pelos dados, ainda, que todas as faixas etárias usam ambas as línguas para se comunicarem com as crianças da comunidade, porquanto, se elas adquirirem o português na escola, elas também se comunicam em casa e com os mais velhos em português.

Acerca da manutenção e preservação da língua indígena, todos os moradores da comunidade investigada consideram importante conservar sua língua materna. Vale salientar, ainda, que a resistência dos mais velhos em usar a língua portuguesa deve-se ao fato de estes associarem essa língua à língua do colonizador-escravizador que dizimou povos originários e com quem os indígenas mantêm uma relação de desconfiança, embora acreditem que o aprendizado da língua portuguesa seja importante, sobretudo para a reivindicação de seus direitos. Em contrapartida, pessoas mais jovens na comunidade tendem a se comunicar com indígenas que vivem fora da comunidade em ambas as línguas, considerando-se que a comunicação fora da comunidade pode se dar de vários modos com pessoas que já não vivem entre eles e coexistem linguisticamente em outros contextos de interação.



Desse modo, esta investigação também apontou que todos os entrevistados se comunicam com a língua portuguesa, considerando-se que a língua indígena se origina de uma cultura predominantemente oral e gestual. Ademais, a língua portuguesa é a língua da Lei e da Justiça dos não indígenas, mas que regula a existência dos povos originários, que define as vidas dos cidadãos, quem tem direitos e quem pode ou deve acessá-los.

Em relação ao uso do português, em ambientes sociais específicos de interação, constatamos que, no mercado, a maioria fala em língua portuguesa, o que nos leva a concluir que os indígenas consomem mercadorias advindas de estabelecimentos situados fora da comunidade. Apesar disso, os vendedores aprenderam o Tupi Mondé, visto que há uma minoria que se comunica na língua portuguesa nesses locais. Em lojas, nos postos de saúde e no trabalho acontece o mesmo, ou quando vendem artesanato: sempre uma minoria fala em Tupi Mondé (Cinta-Larga) e a maioria em português, porque a maior parte das pessoas que frequentam esses lugares, ou atendem neles, ou se comunicam com alguém nesses espaços, são falantes da língua portuguesa.

Finalmente, a importância de aprender a língua indígena se deve à necessidade dos indígenas de participarem das decisões políticas da sua comunidade, e para transitarem em contextos regulados pelo uso da língua portuguesa, como nas decisivas ações cruciais para a sua sobrevivência, como a ida a postos de saúde, a lojas de vendas de artesanato, e mercados para compras, locais regulados pelo uso da língua portuguesa.

Além disso, o futuro da referida língua indígena é pensado em um cenário incerto, heterogêneo e complexo, e, embora a minoria acredite em seu fortalecimento, a maioria dos informantes acredita que ela vai deixar de existir, considerando que os mais jovens tendem a deixar de lado a manutenção e preservação da sua língua, o que pode levar à sua extinção.

Após a análise dos dados, podemos afirmar que essa pesquisa foi pertinente e de muita importância, porque os dados contribuirão para o fortalecimento e a manutenção da língua Tupi Mondé (Cinta-Larga) do povo Cinta-Larga da comunidade Rio Seco, conforme proposta do GT Mundial da Década Internacional das Línguas Indígenas – Brasil.

Considerações finais

De acordo com informações e dados documentados pelo Instituto de Investigação e Desenvolvimento em Política Linguística (2022), podemos afirmar que o Brasil é o terceiro país com o maior número de línguas indígenas que apresentam algum risco de extinção. Em vista disso, nesta investigação, levantamos a hipótese de que a língua indígena Cinta-Larga também poderia se encontrar em algum processo de extinção, no que diz respeito aos seguintes fatores: manutenção, fortalecimento, vitalização e revitalização.

Um fato que nos chamou bastante a atenção é que, entre os indígenas Cinta-Larga, a comunicação é feita somente na língua nativa, tanto entre crianças, quanto entre jovens, adultos e idosos. A exceção das crianças, esses indígenas adultos, informantes de nossa pesquisa, somente se comunicam por meio do uso da LP quando falam com o não-indígena, ou quando o vocabulário de sua língua materna não dispõe das palavras de que precisam para se comunicarem. Nesse contexto, se veem forçados a usar a palavra que representa o objeto ou a expressão na LP.

O resultado da pesquisa aponta que a língua Cinta-Larga falada pelo povo Cinta-Larga da comunidade Rio Seco, encaixa-se na situação das “línguas vivas e plenamente ativas”. Além disso, trata-se de um cenário particular e complexo, conforme pudemos constatar nas análises dos dados das entrevistas feitas nesta dissertação.

Entre as principais considerações, apontamos que: os indígenas mais velhos mantêm certa desconfiança em relação à língua portuguesa, que o povo Cinta Larga em sua maioria, consideram que o aprendizado da língua indígena se dá no ambiente doméstico, com a família, ou com os mais velhos. Em relação à apropriação da língua portuguesa, a opinião majoritária dos informantes é que esta deve ser aprendida na escola.

No entanto, não se descarta que ambientes fora da comunidade, no trabalho, por exemplo, e em situações específicas, tornam necessário o aperfeiçoamento do uso da língua portuguesa, visto que, em mercados, onde há venda de artesanato, nos postos de saúde, e na reivindicação de políticas públicas que os beneficiem, a língua portuguesa

predomina. Embora alguns não saibam o nome da língua oficial do Brasil, muitos afirmam comunicar-se bem em ambas as línguas.

Chamou nossa atenção o fato de que, na comunidade, vive um informante que é professor e que adquiriu primeiro a língua portuguesa, apesar de ter nascido na comunidade. Ele deixou a comunidade após o falecimento de sua mãe, mas retornou posteriormente.

Finalmente, verificamos que há uma situação de línguas em contato, tanto nas relações interacionais na comunidade, como fora dela. Desse modo, as situações de bilinguismo levam à constatação de que a maioria dos indígenas pesquisados se comunicam em duas línguas, mas reconhecem a importância de manterem a apropriação dessa língua do outro, ainda que permaneça urgente e necessário o comprometimento em relação à preservação de sua língua nativa, dado que esta corre o risco de deixar de existir, porquanto os mais jovens não são tão engajados quanto os mais velhos, na luta pela preservação do Tupi Mondé (Cinta-Larga).

Partindo dos dados obtidos nesta pesquisa, podemos afirmar que se instaurou um cenário preocupante de ameaça às culturas e às línguas na década vigente, considerando-se a definição de que as línguas indígenas são memórias de um povo. Isto posto, esperamos que nossa pesquisa possa motivar novas pesquisas e novos trabalhos sobre um tema tão importante para a manutenção da cultura da língua Tupi Mondé, Cinta-Larga, e da memória nacional.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE LINGUÍSTICA. **Carta de Belém das línguas dos povos indígenas do Brasil.** Campinas: Abralin, 28 nov. 2022. Disponível em: <https://www.abralin.org/site/carta-de-belem-das-linguas-dos-povos-indigenas-do-brasil/> Acesso em: 3 jun.2023.
- BARCELLOS, M. do C. Manual. **Serviços ambientais no corredor etnoambiental Tupi Mondé.** São Paulo: Ikore, 2015.
- BARROS, M. F. Estudo de línguas indígenas ajuda a preservar a cultura dos povos originários. **Jornal da USP,** São Paulo, 5 dez. 2022. Disponível em:



<https://jornal.usp.br/universidade/estudo-de-linguas-indigenas-ajuda-a-preservar-a-cultura-dos-povos-originarios/>. Acesso em: 3 jun.2023.

BRASIL. Ministério dos Povos Indígenas. **Brasil registra 274 línguas indígenas diferentes faladas por 305 etnias**. Brasília: Saúde, 27 out. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2022-02/brasil-registra-274-linguas-indigenas-diferentes-faladas-por-305-etnias>. Acesso em: 20 mar. 2024.

COELHO, I. L. *et al.* **Sociolinguística**. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.

D'ANGELIS', W. da R. **Aprisionando sonhos**: a educação escolar indígena no Brasil. Campinas: Curt Nimuendajú, 2012.

D'ANGELIS, W. da R. A situação atual das línguas indígenas brasileiras. In: ENCONTRO SOBRE LEITURA E ESCRITA EM SOCIEDADES INDÍGENAS, 9., 2014, Porto Seguro. **Anais...** Salvador: Egba, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico 2022**: Indígenas: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2022b. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2022/Indigenas_Primeiros_resultados_do_universo/Mapas/Brasil_Indigena_CD2022_mural_5M.pdf. Acesso em: 25 nov.2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (2012). **Os indígenas no censo demográfico 2010**: primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: IBGE, 2012. Disponível em http://www.ibge.gov.br/indigenas/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 9 out.2023.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. **Guia de pesquisa e documentação para o INDL**: patrimônio cultural e diversidade linguística. Brasília: IPHAN, 2016.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL-ISA. **Povos Indígenas no Brasil**. Disponível em: <https://www.socioambiental.org/>. Acessado em: 19 mar. 2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. São Paulo: ISA, 2023. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos.Acesso em: 09 out.2023.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL. São Paulo: ISA, Terras e territórios kawaiwete. 2023. Disponível em https://pib.socioambiental.org/pt/Quadro_Geral_dos_Povos.Acesso em: 09 out.2023.

LYONS, J. **Linguagem e linguística**: uma introdução. Rio de Janeiro: LTC, 1987.

MOORE, Denny. Classificação interna da família lingüística Mondé. **Estudos Lingüísticos**, v. 34, p. 515-520, 2005. Disponível em: https://etnolinguistica.wdfiles.com/local--files/journal:estudos/moore_2005_monde.pdf. Acesso em: 7 abr. 2023.

MOORE, D. Línguas indígenas. In: MELLO, H.; ALTENHOFEN, C.; RASO, T. (org.). **Os contatos linguísticos no Brasil**. Belo Horizonte: editora da UFMG, 2011.

MOORE, D.; GALUCIO, A. V.; GABAS JÚNIOR, N. **O desafio de documentar e preservar as línguas amazônicas**. São Paulo: Scientific American Brasil, 2008. (Amazônia, A Floresta e o Futuro, (Brasil).

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA. O Ano Internacional das Línguas Indígenas. [New York]: UNESCO, 2019.



Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000366654_por. Acesso em: 7 abr. 2023.

ORGANIZACIÓN DE LAS NACIONES UNIDAS PARA LA EDUCACIÓN, LA CIENCIA Y LA CULTURA. **Atlas de las lenguas en peligro en el mundo**. [New York]: UNESCO, 2009. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/es/communicationandinformation/accesstoknowledge/linguistic-diversity-and-multilingualism-on-internet/atlas-of-languages-in-danger/>. Acesso em: 10 jun. 2022.

POZ NETO, J. D. **No país dos Cinta Larga**: uma etnografia do ritual. 1991. Dissertação (Mestrado em antropologia Social) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 1991.

RODRIGUES, A. D. **Línguas brasileiras**: para o conhecimento das línguas indígenas. São Paulo: Loyola, 1986.

RODRIGUES, A. D. Línguas indígenas: 500 anos de descobertas e perdas, **DELTA: Documentação e Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, São Paulo, v. 9, n. 1, 2019. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/delta/article/view/45596>. Acesso em: 07 abr. 2023.

RODRIGUES, A. D. Tarefas da linguística no Brasil. **Estudos Linguísticos Revista Brasileira de Linguística Teórica e Aplicada**, vol. 1, n. 1, p. 4-15, 1966.

SOUZA, M. Indígenas Tupiniquim de Aracruz (ES) são descendentes diretos de povo que viu chegada dos portugueses. **Jornal da USP**, São Paulo, 29 jan. 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-biologicas/indigenas-tupiniquim-de-aracruz-es-sao-descendentes-diretos-de-povo-que-viu-chegada-dos-portugueses/>. Acesso em: 24 mar. 2024.

TARALLO, F. **A pesquisa sociolinguistica**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1994.

TEAO, K. M. **Classificação dos povos indígenas pela diversidade linguística**: troncos e famílias linguísticas. [São Paulo]: ORBI, 2013. Disponível em: https://cesad.ufs.br/ORBI/public/uploadCatalogo/09121816052013Culturas_e_Historia_dos_Povos_Indigenas_Mod_3_aula_05.pdf. Acesso em: 22 jun. 2023.

Recebido em: 16/06/2025 | Aprovado em: 27/06/2025

Publicado em: 14/07/2025
